

EMISSOR: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	

PRORURAL+

SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO

2015

EMISSION: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	

Índice

1. OBJETO.....	4
2. INTERVENIENTES NO SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO.....	4
2.1 AUTORIDADE DE GESTÃO DO PRORURAL+	5
2.2 ORGANISMOS INTERMÉDIOS DE GESTÃO	8
3. NORMAS DE PROCEDIMENTO	10
4. ORIENTAÇÕES	10
5. ANÁLISE DE LITÍGIOS.....	11
6. SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES.....	11
7. MEDIDAS ANTIFRAUDE	12
8. GESTÃO	12
8.1 APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS	12
8.2 AVISOS DE ABERTURA DE CONCURSOS.....	13
8.3 SISTEMA DE INFORMAÇÃO	14
8.3.1 Enquadramento	14
8.3.2 GestPDR	14
8.3.2.1 Registo no GestPDR	17
8.3.2.2 Acesso ao GestPDR.....	19
8.3.2.3 Preenchimento do Formulário do Pedido de Apoio.....	21
8.3.2.4 Alterações e desistência do Pedido de Apoio	23
8.3.2.5 Receção do Pedido de Apoio	23
8.3.2.6 Análise do pedido de apoio	25
8.3.2.7 Parecer do Técnico	27

EMISSOR: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	

8.3.2.8 Pedido de Esclarecimentos	27
8.3.2.9 Audiência prévia	28
8.3.2.10 Pareceres Intermédios	28
8.3.2.11 Decisão dos Pedidos de Apoio	29
8.3.3 SiAgri	29
8.3.3.1 Recolha de candidaturas	31
8.3.3.2 Controlos administrativos	33
8.3.3.3 Apuramento	34
9. TERMO DE ACEITAÇÃO	34
10. CONTROLO:	35
9.1 CONTROLO DE QUALIDADE	35

EMISSOR: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	

1. OBJETO

O presente documento visa definir o Sistema de Gestão e Controlo da Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores, para o período 2014-2020, abreviadamente designado por PRORURAL⁺, de acordo com o previsto no artigo 72.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro, artigo 65.º e 66.º do Regulamento (UE) n.º 1305/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro e as competências atribuídas à Autoridade de Gestão (AG) pela Resolução do Conselho do Governo n.º 31/2015 de 27 de fevereiro.

Com este sistema pretende-se clarificar e simplificar todos os procedimentos e tarefas dos intervenientes do PRORURAL⁺, designadamente Beneficiários, Autoridade de Gestão (AG) e Organismos Intermédios de Gestão (OIG), relativamente à gestão e controlo do PRORURAL⁺, nomeadamente as normas a aplicar para garantir a segregação de funções na AG e nos OIG, as regras relativas à análise de litígios, conflito de interesses e relações especiais, bem com informação sobre os sistemas de informação utilizados pela AG e pelos OIG.

Pretende-se assegurar que o PRORURAL⁺ atinge os seus objetivos de uma forma eficaz, eficiente, responsável e transparente.

Este sistema aplica-se a todas as medidas do PRORURAL⁺, sem prejuízo da sua aplicação mais restrita às medidas abrangidas pelo sistema integrado de gestão e controlo, previsto no artigo 67.º do Regulamento (UE) n.º 1306/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro (medidas ambientais), tendo em consideração as competências do organismo Pagador atribuídas pelo Decreto-lei n.º 137/2014, de 12 de setembro.

2. INTERVENIENTES NO SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO

No sistema de Gestão e Controlo do PRORURAL⁺ são intervenientes:



Fundo Europeu Agrícola de
Desenvolvimento Rural
A Europa investe nas zonas
rurais

EMISSOR: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	

- ✓ A Autoridade de Gestão do PRORURAL⁺ (AG);
- ✓ Os Organismos Intermédios de Gestão (OIG):
 - Direção Regional dos Recursos Florestais (DRRF);
 - Grupos de Ação Local (GAL):
 - ADELIAÇOR – Associação para o Desenvolvimento Local de Ilhas dos Açores;
 - ARDE – Associação Regional para o Desenvolvimento;
 - ASDEPR – Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural;
 - GRATER – Associação de Desenvolvimento Regional.

2.1 AUTORIDADE DE GESTÃO DO PRORURAL⁺

A Resolução do Conselho de Governo n.º 31/2015, de 27 de fevereiro, designou e estabeleceu as competências da Autoridade de Gestão do PRORURAL⁺ e do seu Gestor. Nesta Resolução a Direção Regional do Desenvolvimento Rural (DRDR) é nomeada Autoridade de Gestão do PRORURAL⁺ e a Diretora Regional nomeada Gestora.

As competências da Autoridade de Gestão preveem a gestão e execução do programa de uma forma eficiente, eficaz, correta, nos termos previsto no artigo 66.º Regulamento (UE) N.º 1305/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro e na legislação comunitária, nacional e regional aplicável.

Nas competências da Gestora do PRORURAL⁺, encontram-se previstas as seguintes tarefas:

- a) Dirigir e coordenar as tarefas da Autoridade de Gestão;
- b) Convocar e dirigir os trabalhos do Comité de Acompanhamento;
- c) Representar o PRORURAL⁺ nos órgãos nacionais de Gestão, Monitorização, Avaliação e Acompanhamento do “Portugal 2020”, bem como nas demais instituições nacionais, europeias e internacionais;

EMISSOR: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	

- d) Exercer os demais poderes de representação da Autoridade de Gestão, vinculando-a validamente quer na outorga de contratos quer na prática de quaisquer outros atos.

Considerando que a DRDR é a AG, a estrutura técnica da Direção Regional constitui a equipa técnica da AG, neste sentido encontram-se afetos à AG os seguintes serviços:

- Direção de Serviços de Desenvolvimento Rural (DSDR);
 - Divisão de Apoio à Competitividade (DAC);
 - Divisão de Apoio ao Meio Rural (DAMR).
- Divisão de Acompanhamento de Programas Comunitários (DAPC);
- Divisão de Controlo e Qualidade (DCQ);
- Divisão Administrativa, Financeira e de Planeamento.

A DRDR poderá ainda ser apoiada, quando se torne necessário pelos Serviços de Desenvolvimento Agrário (SDA) de cada ilha. O apoio destes serviços, será por exemplo na realização de visitas prévias aos investimentos, quando o pedido de apoio (PA) apresentado implicar melhoramento em bens imóveis (submedida 4.1 - investimentos nas explorações agrícolas), realização das provas de conhecimento para os jovens agricultores (submedida 6.1 – Instalação de jovens agricultores).

Os serviços da DRDR encontram-se em duas Ilhas, sendo a sede na Ilha Terceira e em S. Miguel existe uma delegação. A estes serviços encontra-se afetas as seguintes tarefas:

Direção de Serviços de Desenvolvimento Rural (DSDR);

1. Gestão das seguintes medidas/submedidas:
 - a. SM4.2 - Apoio à transformação, comercialização e desenvolvimento de produtos agrícolas;
 - b. SM4.3 - Melhoria e Desenvolvimento de Infraestruturas.

EMISSOR: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	

Divisão de Apoio à Competitividade (DAC):

1. Gestão das seguintes medidas/submedidas:
 - a. M01 - Transferência de conhecimentos e ações de informação;
 - b. M03 - Regimes de qualidade para os produtos agrícolas e os géneros alimentícios;
 - c. SM 4.1 - Investimento nas Explorações Agrícolas;
 - d. M05 - Restabelecimento do potencial de produção agrícola afetado por catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos e introdução de medidas de prevenção adequadas;
 - e. SM6.1- Instalação de Jovens Agricultores;
 - f. M09 - Criação de agrupamentos e organizações de produtores;
 - g. M17 - Gestão de riscos.

Divisão de Apoio ao Meio Rural (DAMR):

1. Gestão das seguintes medidas/submedidas:
 - a. SM10.1 - Pagamento por compromissos respeitantes ao agroambiente e ao clima;
 - b. M11 - Agricultura biológica;
 - c. M13 - Pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas;
 - d. M19 - Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária LEADER.

Divisão de Acompanhamento de Programas Comunitários (DAPC):

1. Gestão das seguintes medidas/submedidas:
 - a. M02 - Serviços de aconselhamento e serviços de gestão agrícola e de substituição nas explorações agrícolas;
 - b. SM10.2 - Apoio à conservação e à utilização e desenvolvimento sustentáveis de recursos genéticos na agricultura;
 - c. M16 – Cooperação;

EMISSOR: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	

d. M20 - Assistência técnica.

- Esta divisão igualmente responsável por todo o acompanhamento do PRORURAL+, incluindo implementação do plano de comunicação.

Divisão de Controlo e Qualidade (DCQ):

- Realizar ações de controlo, incluindo de qualidades de todas as medidas do PRORURAL+.

Ainda na Resolução do Conselho de Governo n.º 31/2015, de 27 de fevereiro, encontra-se prevista a delegação de algumas das tarefas da AG, nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 66.º do Regulamento (UE) n.º 1305/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro e na legislação nacional aplicável. Neste sentido a AG celebrará contratos de delegação de competências com os OIG.

Nas tarefas da AG salienta-se ainda a ligação com outros organismos que intervêm na gestão das operações, onde se inclui os pagamento e controlos.

No artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 137/2014 de 12 de setembro, foi estabelecido que o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP) é o organismo pagador do FEADER, acreditado nos termos do artigo 7.º do Regulamento (UE) n.º 1306/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, e no artigo 49.º do mesmo diploma que a Inspeção-Geral de Finanças (IGF) é o organismo de certificação do FEADER.

A relação com o organismo pagador estabelecer-se-á por via de protocolo de articulação.

2.2 ORGANISMOS INTERMÉDIOS DE GESTÃO

Tal como já foi mencionado no ponto anterior, a Autoridade de Gestão irá celebrar contratos de delegação de competências com os Organismos Intermédios de Gestão. Nestes contratos ficaram definidas as competências de ambas as partes, as ferramentas

EMISSOR: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	

disponibilizadas pela AG aos OIG, bem como as formas de comunicação entre as partes.

No caso dos GAL o contrato será estabelecido para a submedida 19.2 – Apoio à realização de operações no âmbito da estratégia de desenvolvimento promovido pelas comunidades locais, e o contrato com a DRRF será estabelecido para as medidas 8 - Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas e 15 - Serviços silvoambientais e climáticos e conservação das florestas.

Das competências a contratar com os OIG salienta-se:

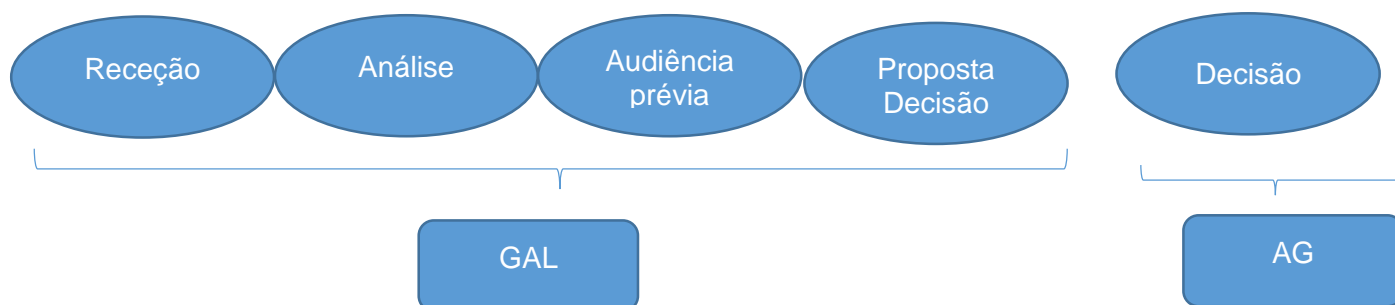
- Assegurar a receção, análise e proposta de decisão dos pedidos de apoio das medidas objeto do contrato;
- Assegurar a existência de segregação de funções;
- Criação de um sistema de controlo interno;
- Elaboração de normas de procedimentos internas e externas;
- Elaboração de um plano de divulgação.

Em termos de estrutura técnica dos OIG esta encontra-se da seguinte forma:

1. Grupo de Ação Local:
 - a. Órgão da Direção;
 - b. Coordenador;
 - c. Equipa técnica;
 - d. Animadores locais.
2. Direção Regional dos Recursos Florestais:
 - a. Direção de Serviços Florestais:
 - i. Divisão de Apoio ao Sector Florestal
 - ii. Divisão de Ordenamento e Sistemas de Informação

EMISSOR: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	

Ao nível dos OIG a gestão dos pedidos de apoio (PA) será efetuada da seguinte forma:



3. NORMAS DE PROCEDIMENTO

De forma a clarificar e assegurar que a análise dos PA é efetuada de forma clara e imparcial será elaborada uma norma de procedimentos para cada medida ou submedida, variando consoante a complexidade. Com estas normas pretende-se uniformizar a análise dos PA, evitando-se disparidades, naturais à sensibilidade de cada técnico analista, mas claro nunca subvalorizar o seu trabalho intelectual. Pretende-se igualmente criar ferramentas que facilitem, aos beneficiários, o entendimento da legislação Regional aplicável à medida/submedida.

Será também disponibilizado aos beneficiários informação sobre o preenchimento dos diversos formulários de apresentação dos pedidos de apoio.

4. ORIENTAÇÕES

Serão elaboradas pela AG orientações no sentido de clarificar determinados procedimentos, como sejam as regras relativas à publicidade, contratação pública, auxílios de estado (*minimis*) ou sobre as provas de conhecimentos a realizar pelos serviços de desenvolvimento agrário de cada Ilha.

EMISSOR: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	

5. ANÁLISE DE LITÍGIOS

Os beneficiários fruem, quer no âmbito da atuação da Autoridade de Gestão quer dos Organismos Intermédios de Gestão, ao longo do procedimento administrativo até à tomada de decisão, bem como na fase de execução da operação, de expedientes que lhes permitem ser ouvidos no procedimento, bem como da defesa dos seus direitos, de acordo com o previsto no direito administrativo nacional.

Antes da tomada da decisão sobre o pedido apoio o interessado é ouvido, tendo oportunidade de se pronunciar sobre o sentido provável da decisão, sendo as eventuais alegações analisadas antes da tomada de decisão final. Após a tomada de decisão, dispõe ainda do direito de impugnar a decisão mediante reclamação para a Autoridade de Gestão.

Das decisões cabe ainda recurso jurisdicional, nos termos da lei, no termos da lei do processo administrativo.

No âmbito do modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI), criado pelo Decreto-lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, foi instituído o curador do beneficiário, que recebe e aprecia as queixas apresentadas pelos beneficiários, diretamente relacionadas com atos ou omissões dos órgãos de governação responsáveis pela aplicação dos FEEI, emite recomendações sobre elas e propõe a adoção de medidas que contribuam para a melhoria da qualidade do serviço prestado pelos referidos órgãos, assim se constituindo, por um lado, como um importante garante dos direitos dos beneficiários e, por outro lado, como promotor de soluções que previnam a ocorrência de litígios relacionados com os FEEI.

6. SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES

Antevendo que a AG irá celebrar um protocolo de cooperação com o organismo pagador (IFAP), e de forma a garantir a segregação de funções, a AG irá assegurar que o técnico que analisa determinado pedido de apoio não irá analisar os respetivos pedidos de

EMISSOR: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	

pagamentos, nem realizar as respetivas visitas físicas de acompanhamento, sendo estas tarefas afetas a outro técnico. Quando tecnicamente seja possível, poderão ser os SDA a realizar as visitas físicas de acompanhamento às operações, mas mesmos nestas situações os técnicos que analisaram os pedidos de apoio e pedidos de pagamentos serão diferentes.

7. MEDIDAS ANTIFRAUDE

Considerando o previsto na alínea h) do artigo 72.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro e o previsto na alínea n), do n.º 4, da Resolução do Conselho do Governo n.º 31/2015 de 27 de fevereiro, a AG irá criar orientações no sentido de definir os procedimentos a seguir pela AG e pelos OIG de forma a prevenir e evitar situações que possam conduzir a algum tipo de irregularidades.

8. GESTÃO

Neste ponto pretende-se, de uma forma sintética, esclarecer as tarefas da responsabilidade da AG, bem clarificar as que serão delegadas nos OIG.

8.1 Apresentação de candidaturas

A AG no final de cada ano, e de acordo com o previsto na alínea c) do n.º 4 da Resolução do Conselho do Governo n.º 31/2015 de 27 de fevereiro, apresenta ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (SRAA), para aprovação um calendário de abertura de concursos, para um período não inferior a 12 meses.

Para as medidas que serão geridas pelos OIG, estes deverão apresentar à AG uma proposta de calendário, sendo esta proposta apresentada igualmente ao Sr. SRAA para aprovação. No caso da submedida 19.2 - Apoio à realização de operações no âmbito da estratégia de desenvolvimento promovido pelas comunidades locais, e considerando

EMISSOR: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	

que cada GAL terá o seu período de candidaturas próprio será criado um calendário próprio para esta submedida.

Os calendários serão publicados no site do PRORURAL+ em <http://proruralmais.azores.gov.pt/> e no portal do Portugal2020 em <https://www.portugal2020.pt/Portal2020>, bem como nos sites dos GAL no caso do calendário para a submedida 19.2 - Apoio à realização de operações no âmbito da estratégia de desenvolvimento promovido pelas comunidades locais.

Para as medidas ambientais todos os anos é publicado um despacho do Sr. SRAA com os períodos de apresentação dos pedidos de apoio e pagamentos.

8.2 AVISOS DE ABERTURA DE CONCURSOS

De acordo com o calendário mencionado no ponto anterior são publicados avisos de aberturas dos concursos por medida ou submedida.

Sempre que esteja previsto na legislação de aplicação da medida/submedida a abertura do concurso será divulgada, não só pelo calendário para o ano, mas também em dois órgãos de comunicação social, bem como no *site* do PRORURAL+, com cinco dias de antecedência relativamente à data da publicação do aviso.

Os avisos de abertura de concursos serão elaborados pela AG, exceto para as medidas que estarão sobre a responsabilidade dos GAL. Nestes casos os GAL deverão elaborar o respetivo aviso e remetê-lo à AG para aprovação. A elaboração de todos os avisos do PRORURAL+ deverá sempre ter em consideração as regras previstas na legislação específica da medida/submedida, bem como e na medida do aplicável, a informação constante no n.º 6 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

EMISSOR: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	

8.3 SISTEMA DE INFORMAÇÃO

8.3.1 Enquadramento

Com o intuito de responder às exigências previstas nas alíneas k) do n.º 4 Resolução do Conselho do Governo n.º 31/2015 de 27 de fevereiro, conjugado com o previsto na alínea a), do n.º 1 do artigo 66.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro, a AG criou um novo sistema de informação, e adaptou um existente para as medidas ambientais.

Com estes sistemas de informação pretende-se criar ferramentas eficazes de trabalho para a AG e para os OIG, bem como para os beneficiários e simplificar o envio de dados ao IFAP, I.P. Com estes sistemas pretendeu-se essencialmente simplificar as responsabilidades dos beneficiários para a apresentação das candidaturas, não sendo agora necessário a entrega de qualquer documento em suporte de papel. Além desta medida de simplificação os sistemas de informação encontram-se preparados para agilizar as formas de comunicação com os beneficiários, sendo possível através do sistema enviar mensagens de correio eletrónico aos beneficiários, criando o sistema automaticamente um arquivo da mensagem. Com esta funcionalidade já não é necessário utilizar sistemas de informação paralelos ao sistema de análise dos pedidos de apoio, o que torna a análise dos pedidos mais simples e célere.

Os sistemas de Informação da AG do PRORURAL+ são:

- ✓ GestPDR – Medidas de Investimento
- ✓ SIAGRI – Medidas ambientais

8.3.2 GestPDR

As medidas/submedidas cuja gestão dos PA é efetuada através do GestPDR, são as seguintes:

M1 “Transferência de conhecimentos e ações de informação”

EMISSOR: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	

M2 “Serviços de aconselhamento e serviços de gestão agrícola e de substituição nas explorações agrícolas”

M3 “Regimes de qualidade para os produtos agrícolas e os géneros alimentícios”

M4 “Investimentos em ativos físicos”

M5 “Restabelecimento do potencial de produção agrícola afetado por catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos e introdução de medidas de prevenção”

SM6.1 “Instalação de jovens agricultores”

M8. “Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas “

M9 “Criação de agrupamentos e de organizações de produtores”

SM10.2 “Apoio à conservação e à utilização e desenvolvimento sustentáveis de recursos genéticos na agricultura”

SM15.2 “Apoio para a conservação e promoção dos recursos genéticos florestais”

M16 “ Cooperação”

M19 “Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) LEADER”

M20 “Assistência técnica”

O sistema de informação foi criado pela AG para o período de programação 2014-2020, e pretendeu ser uma ferramenta de trabalho simples para os beneficiários e para os técnicos analistas.

O GestPDR é um sistema único que permite a submissão dos PA, a análise dos mesmos e o envio de dados via *webservice* ao Organismo Pagador (IFAP) para a contratação

EMISSOR: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	

dos PA. O GestPDR permite ainda a ligação via *webservice* às bases de dados do IFAP, I.P. para verificação de dados, como sejam Identificação do Beneficiário (IB) e Parcelário (iSIP).

Na análise foram criados vários perfis consoante a função de cada interveniente:

- Técnico: técnico analista do PA que emite uma proposta de decisão, efetua os pedidos de elementos e propõem a realização de audiências prévias;
- Chefe intermédio: emite parecer sobre a proposta de decisão do técnico analista, sobre as propostas de audiência prévia e sobre as propostas de desistência;
- Chefe Superior: emite parecer sobre a proposta de decisão do técnico analista e decide as propostas de audiência prévia e as propostas de desistência;
- Autoridade de Gestão: decide os PA.

Na AG os perfis foram atribuídos de acordo com a estrutura orgânica da DRDR (ponto 2.1) sendo que o perfil de chefe intermédio corresponde normalmente ao cargo de Chefe de Divisão e o perfil de chefe superior corresponde ao cargo de Diretor de Serviços.

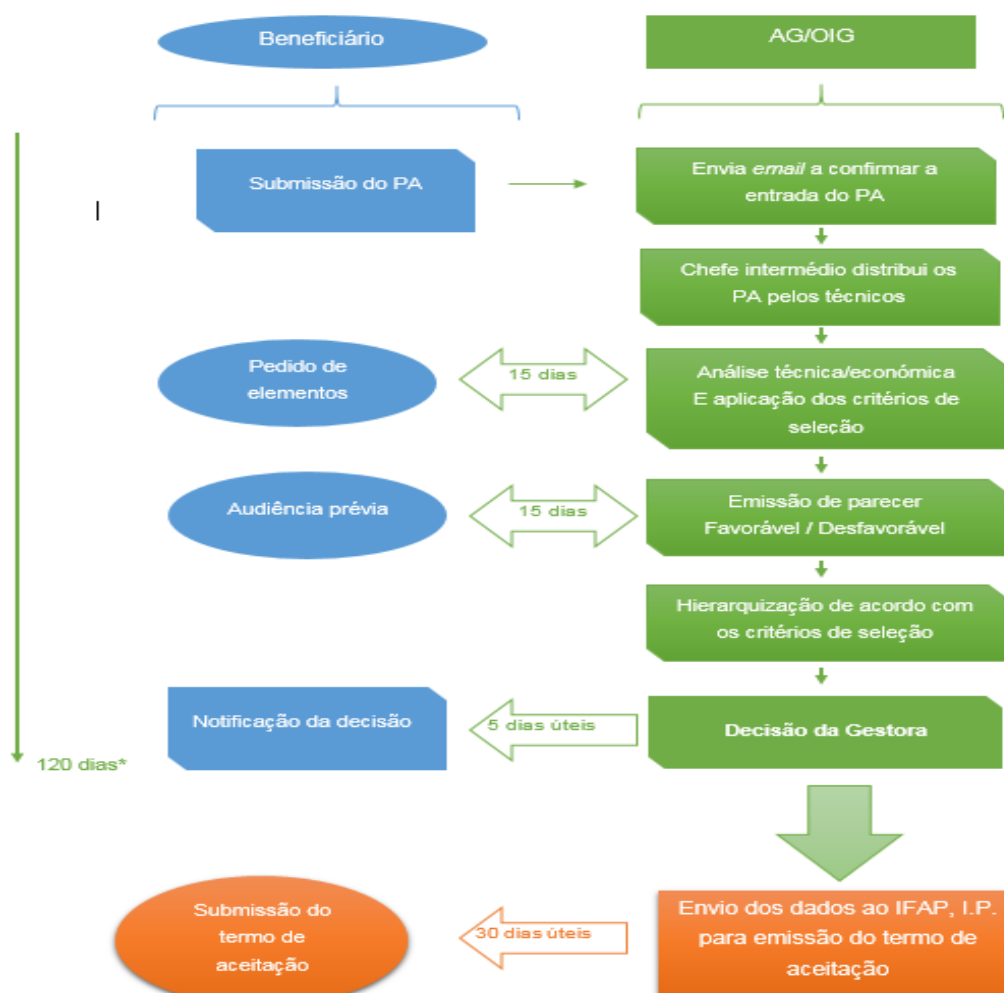
Na DRRF o perfil de chefe intermédio corresponde ao cargo de Chefe de Divisão e o perfil de chefe superior corresponde ao cargo de Diretora Regional.

Nos GAL não existe o perfil de chefe intermédio existindo apenas o perfil de chefe superior que será atribuído a um dos membros do Órgão da Direção do GAL, normalmente o presidente.

Todas as comunicações efetuadas diretamente pelo GestPDR são enviadas sempre ao beneficiário, ao projetista quando for obrigatório, para o correio eletrónico do PA, quando esta informação constar do formulário e para o técnico analista.

O workflow deste sistema está desenvolvido da seguinte forma:

EMISSOR: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	



*os prazos suspendem-se nos termos da legislação aplicável.

8.3.2.1 Registo no GestPDR

Para a apresentação do PA, o beneficiário deve estar registado na base de dados de Identificação do Beneficiário do IFAP, I.P. (IB) e com um endereço de correio eletrónico registado no IB. Não o sendo ou não possuindo o registo, deve dirigir-se ao SDA da sua ilha e proceder à inscrição/atualização na referida base de dados.

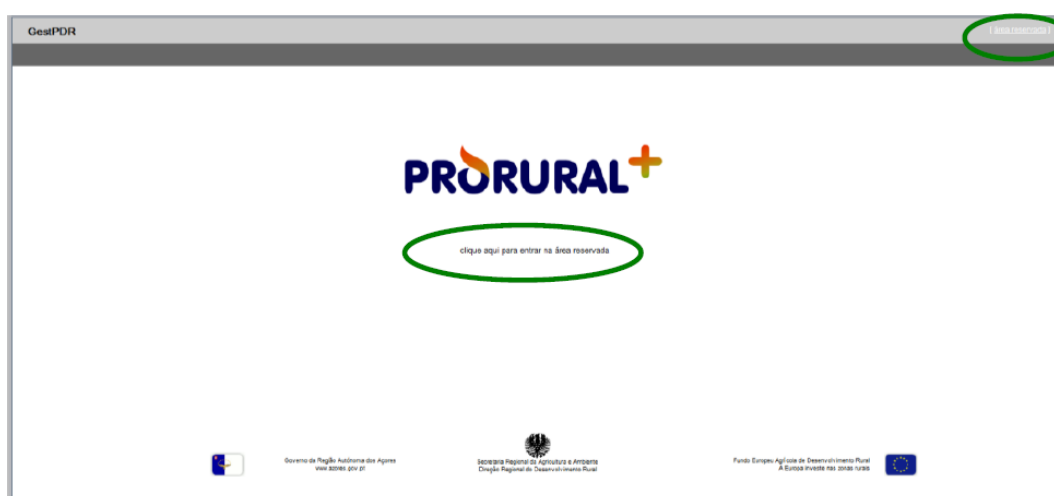
EMISSOR: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	

Caso o beneficiário já esteja registado no IB, recomenda-se a verificação da atualização do seu IB, antes da apresentação do seu PA.

Para o efeito, o beneficiário pode aceder à sua área reservada no portal do IFAP, em <http://www.ifap.min-agricultura.pt>, e confirmar a informação do IB. Caso verifique alguma incorreção ou desatualização, deve dirigir-se ao SDA da sua ilha para proceder à devida retificação.

Se o beneficiário não possuir senha de acesso à área de reservada do IFAP, pode solicitar a mesma no portal do IFAP, acedendo à opção “Registo no Portal”.

No primeiro acesso ao portal do GestPDR, em <http://gestpdr.azores.gov.pt/>, deve efetuar o seu registo, sendo solicitada a seguinte informação para o efeito:



Tipo de acesso:

Deve escolher entre “Beneficiário”, “Projetista” e “Representante legal”.

O acesso “Beneficiário” está disponível e deve ser criado para todos os interessados em apresentar um PA, independente de serem uma entidade singular ou coletiva.

EMISSION: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	

Nestes pedidos de acesso apenas é necessária a indicação do NIF, sendo a restantes informação completada com os dados do IB. Tendo toda a informação necessária o utilizador poderá submeter o seu pedido de senha, sendo a mesma remetida para o endereço de correio eletrónico e para o número de telemóvel, ambos constantes do IB.

O acesso “Representante Legal” destina-se às pessoas singulares que representem um beneficiário coletivo. Todos os representantes que obrigam a pessoa coletiva devem solicitar senha de acesso, para posterior validação do PA.

O acesso “Projetista” é exigido para as medidas/submedidas 4.1 - Investimento nas Explorações Agrícolas, 6.1 - Instalação de Jovens Agricultores e 8 – Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas.

Nos acessos “Representante Legal” e “projetista” todos os dados devem ser preenchidos de forma manual. Os dados solicitados são: NIF, nome, morada, telefone, telemóvel e correio eletrónico. Tendo toda a informação preenchida o utilizador poderá submeter o seu pedido de senha, sendo a mesma remetida para o endereço de correio eletrónico e para o número de telemóvel.

8.3.2.2 Acesso ao GestPDR

O beneficiário ao aceder no GestPDR à sua área reservada pode efetuar as seguintes tarefas:

- Atribuir projetista;
- Alterar senha;
- Criar/editar/consultar os seus projetos;

Atribuir projetista:

EMISSION: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	

GestPDR

Início
Promotor
Os meus Projetos

Afetar Projetista						
	NIF Projetista	Nome Projetista	Medida	SubMedida	Intervenção	Data Ativo
Novo						

Neste separador o beneficiário poderá associar ao seu NIF um projetista já validado pela AG.

Nesta associação o beneficiário deverá introduzir o NIF do projetista e escolher as medidas e submedidas para as quais o projetista poderá apresentar PA em nome do beneficiário.

Criar/editar/consultar os seus projetos:

Neste separador o beneficiário ou o projetista poderá criar, editar ou consultar os seus PA.

No caso dos beneficiários das medidas/submedidas em que é obrigatório ter um projetista, apenas está disponível a opção de consulta do PA.

GestPDR
Utilizador:

Início
Promotor
Os meus Projetos

Estado Projeto: Ativos Filtro:

Lista sem registos.

Lista Projetos	
Detalhes Projeto	
Promotor	
Projetista	
Numero Projeto	
Medida	
SubMedida	
Intervenção	
Aviso	
Denominação	
Distrito	
Concelho	
Freguesia	
Observações	
Etapas Atuais	
Novo	

EMISSOR: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	

No acesso do projetista ao GestPDR terá duas opções disponíveis:

- Registo de Qualificação;
- Alterar Senha.

Na opção Registo de Qualificação o projetista deverá:

- Completar os seus dados pessoais;
- Escolher as medidas e submedidas, para as quais pretende ser projetista;
- Inserir no sistema cópia do seu documento de identificação (cartão de cidadão ou bilhete de identidade e cartão de contribuinte) e do certificado de habilitações académicas.

Com toda a informação preenchida deverá o projetista submeter a informação para que as suas qualificações sejam validadas pela AG. Após a validação, receberá uma mensagem por correio eletrónico ou telemóvel podendo finalmente aceder ao GestPDR para preenchimento de PA.

8.3.2.3 Preenchimento do Formulário do Pedido de Apoio

A criação de PA é efetivada com o preenchimento *online* do formulário, de acordo com as instruções constantes do “Guia do Formulário de cada medida/submedida”, e, consequentemente, com prestação de toda a informação necessária à caracterização do beneficiário e do PA, da anexação dos documentos de suporte referenciados na lista de documentação, e de qualquer elemento relevante à análise do PA.

Após preencher o formulário, o beneficiário/projetista procede à validação dos seus elementos e preenche a Lista de Documentação, indicando e anexando todos os documentos necessários à análise do PA. Os documentos anexos ao PA devem estar no formato PDF e ter um tamanho máximo de 4 megabytes.

EMISSOR: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	

Tendo todas as validações efetuadas e todos os documentos, o beneficiário/projetista pode submeter o seu PA, caso não tenha preenchido todos os campos obrigatórios, o sistema não permite a submissão do formulário.

Para submeter o PA o beneficiário deve introduzir novamente a sua senha de acesso ao GestPDR.

Caso o formulário tenha sido introduzido por um projetista, além da sua senha de projetista, deve igualmente ser introduzida a senha do beneficiário. Caso o beneficiário seja uma entidade coletiva, além da senha atribuída aquele beneficiário, deve a submissão do PA ser validada pelos seus representantes, com a introdução das senhas que lhes forem atribuídas.

Após a submissão do formulário, o beneficiário recebe uma comunicação, por correio eletrónico, com a confirmação da submissão do formulário e com a indicação do número que lhe foi atribuído.

Com a submissão eletrónica do pedido de apoio, o beneficiário não necessita de efetuar qualquer entrega em suporte de papel, tanto o formulário como os documentos que o acompanham são entregues apenas por via eletrónica.

Para a data de apresentação do PA, considera-se a data da última submissão eletrónica do formulário.

Com a submissão do formulário é criado o número do PA, que deve ser utilizado em todas as comunicações relativas ao PA.

O número do PA é constituído da seguinte forma:

PRORURAL+-X.X.X-FEADER-000000

Nome do programa – PRORURAL+

EMISSOR: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	

N.º da medida/submedida/Intervenção – X.X.X.

Fundo – FEADER

Nº do pedido de apoio – 000000

8.3.2.4 Alterações e desistência do Pedido de Apoio

Até ao fim do período de entrega de candidaturas de cada aviso, são permitidas alterações aos PA. Findo este prazo, caso o beneficiário pretenda efetuar alterações tem de desistir deste PA e apresentar novo PA no próximo concurso.

Para desistir do seu PA, o beneficiário deve comunicar por escrito à AG/OIG a sua intenção, sob pena de não poder apresentar novo PA nos próximos concursos.

As alterações aos PA só são possíveis depois da sua aprovação, e desde que respeitem as exigências previstas na legislação aplicável à medida/submedida.

8.3.2.5 Receção do Pedido de Apoio

Com a submissão do formulário, e tal como já foi mencionado anteriormente o beneficiário recebe uma comunicação, por correio eletrónico, com a confirmação da submissão do formulário e com a indicação do número que lhe foi atribuído.

O PA quando é submetido no GestPDR é criado, automaticamente, no Sistema de Gestão de Correspondência (SGC), uma distribuição. Exceção única é para a submedida 19.2 - - Apoio à realização de operações no âmbito da estratégia de desenvolvimento promovido pelas comunidades locais, pois como os GAL não possuem SGC não será criado um. Neste caso e com a receção do PA os GAL efetuam o registo de entrada do PA no seu próprio sistema de gestão de correspondência.

Para os PA em que é criada distribuição, esta e o PA no GestPDR, são automaticamente enviados às respetivas chefias intermédias, que os encaminham aos

EMISSOR: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	

respetivos técnicos analistas, com vista à sua análise. Nos caso dos PA da 19.2 é um membro do órgão da direção que assume a figura de chefe intermédio e que distribui os PA pelos técnicos.

O encaminhamento das chefias intermedias é feito apenas através do GestPDR, onde o chefe escolhe o técnico a quem afetará determinado PA, não sendo necessário qualquer intervenção no SGC, visto que após o envio no GestPDR a distribuição é também automaticamente enviada ao técnico. No caso dos GAL cada um dos sistemas de gestão de correspondência funciona de forma independente do GestPDR.

Para cada medida/submedida foi definido as chefias intermedias de acordo com a estrutura orgânica, no caso da AG e da DRRF e para os GAL a chefia intermédia é um membro do órgão da direção.

Na AG e DRRF a chefia intermédia corresponde ao cargo de chefe de Divisão, sendo a respetiva distribuição de acordo com a estrutura apresentada nos pontos 2.1 e 2.2 deste documento.

Para a Medida 2 – Serviços de aconselhamento e serviços de gestão agrícola e de substituição nas explorações agrícolas, a receção dos pedidos de apoio é efetuada de acordo com as regras de contratação pública.

No caso da Medida 8 - Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas, a submissão do pedido de apoio só poderá ser efetivada, quando constar dos documentos, o requerimento apresentado nos serviços operativos da DRRF, de uma vistoria prévia da área candidata à operação preconizada, a qual per si, originará uma distribuição no SGC. O relatório emitido pelo serviço operativo e apenso à citada distribuição, será enviada à chefia intermédia que por sua vez enviará ao técnico analista para ser recolhido e analisado.

EMISSOR: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	

8.3.2.6 Análise do pedido de apoio

A análise dos PA é efetuada no sistema de informação GestPDR, devendo o técnico para iniciar a análise de um PA o técnico selecionar o PA da lista de PA que lhe foram atribuídos e no quadro “Informação de pareceres” selecionar a opção “tarefa” e selecionar a opção “Inicia análise”.

A análise dos PA é composta por um conjunto de fases que se dividem em dois grupos:

1. As fases que são comuns a todas as medidas:
 - a. Dados do beneficiário;
 - b. Prioridades e objetivos;
 - c. Controlo documental;
 - d. Controlo cruzado;
 - e. Controlo de elegibilidade;
 - f. Critérios de seleção;
 - g. Parecer técnico e validação;
2. As fases específicas de cada uma das medidas ou submedidas.

O técnico deve proceder à realização de todos os controlos administrativos, incluindo os decorrentes da contratação pública, auxílios estatais, controlo documental, verificação da elegibilidade do beneficiário e do PA, das despesas e da razoabilidade dos custos propostos, de acordo com a respetiva legislação e normas aplicáveis à medida/submedida em análise.

No controlo documental pretende-se validar a documentação entregue pelo beneficiário, para tal o técnico deve confirmar o preenchimento do controlo documental efetuado pelo beneficiário no formulário, conferindo também a validade, pertinência e adequação dos documentos entregues.

O controlo cruzado será efetuado com base em consultas efetuadas via *web service* às bases de dados do IFAP, I.P, de forma a verificar a informação do beneficiário,

EMISSOR: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	

nomeadamente informação sobre outros apoios recebidos; sobre a situação em matéria de reposições no âmbito do financiamento do FEADER e do FEAGA; sobre processos-crimes envolvendo apoios financeiros do FEADER ou FEAGA. Além deste controlo com as bases de dados do IFAP, será efetuado ainda cruzamento de informação com outras entidades Regionais, nomeadamente com a Autoridade de Gestão do FEDER e FSE, bem como com entidades que atribuem apoios que de alguma forma possam colidir com os apoios atribuídos no âmbito do PRORURAL⁺, como sejam com a Direção Regional da Cultura e Direção Regional da Solidariedade Social. Com estas entidades será celebrado protocolos de cooperação.

O controlo de elegibilidade é a confirmação do técnico de que o beneficiário e o pedido de apoio cumprem todos os requisitos previstos na legislação específica da medida ou submedida.

A análise técnica dos PA, além dos controlos administrativos deve ser exaustiva no sentido de verificar técnica e economicamente a pertinência do investimento, sempre de acordo com o previsto na legislação específica da medida/submedida. Ainda durante a análise do PA deve o técnico analista verificar se o beneficiário está sujeito às regras da contratação pública. Nestes casos a análise deve ser efetuada tendo presente às regras previstas na legislação de aplicação Nacional e Regional, podendo ou não o procedimento se ter iniciado à data de apresentação do PA, contudo nunca pode a adjudicação ter sido efetuada. No sentido de esclarecer e auxiliar a análise dos PA sobre este assunto, a AG irá emitir orientações.

Ainda durante a análise, deverá ser efetuada a verificação da razoabilidade dos custos propostos, devendo o técnico efetuar a conferência de acordo com o previsto na legislação específica da medida/submedida e de acordo com as orientações emitidas pela AG.

EMISSOR: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	

No caso dos PA da Direção Regional dos Recursos Florestais, o técnico, durante a análise, deverá juntar ao processo o respetivo Relatório de Visita Prévia, elaborado pelos Serviços Operatórios e que passará a fazer parte da análise.

Em todas as situações e sempre que se justifique poderá ser realizada uma visita aquando da receção e durante a análise do PA.

8.3.2.7 Parecer do Técnico

Concluída a análise, o técnico elabora o seu parecer devendo o mesmo fundamentar todos os aspetos considerados para a proposta de aprovação ou recusa do PA. Neste parecer deve ser sempre feita referência aos seguintes aspetos:

- A pontuação atribuída a cada critério de seleção com a respetiva justificação da sua aplicação;
- Descrição exaustiva da forma como foi verificada a razoabilidade dos custos;
- Explicação sobre a verificação das condições de elegibilidade do beneficiário e do pedido de apoio;
- Justificação dos resultados da análise técnica e económica.

Após a conclusão da análise, o PA é enviado automaticamente para o chefe intermédio responsável pela medida/submedida de acordo com a informação dos pontos 2.1 e 2.2 deste documento.

8.3.2.8 Pedido de Esclarecimentos

Sempre que seja necessário poderão ser solicitados esclarecimento adicionais ao beneficiário durante a análise do PA, não podendo ocorrer mais que uma vez, de acordo com o n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

Os esclarecimentos são solicitados por correio eletrónico, sendo o pedido efetuado diretamente no GestPDR. Até a receção da informação solicitada, o prazo legal para decisão do PA é interrompido. Na ausência de resposta pelo beneficiário e findo o prazo

EMISSOR: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	

referido acima, deve o técnico concluir a análise do PA, apresentando a sua proposta de decisão.

8.3.2.9 Audiência prévia

Sempre que a proposta de decisão não seja favorável às pretensões do beneficiário, este será notificado, nos termos e para efeitos dos artigos 121.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, sobre o sentido provável da decisão relativa ao seu PA. O beneficiário é ainda informado sobre o cumprimento das condições de elegibilidade, sobre os montantes apurados em análise, bem como da pontuação atribuída na aplicação dos critérios de seleção.

Esta comunicação será também efetuada diretamente no GestPDR, sendo que o para o efeito, foram criados modelos de ofícios que o técnico deve escolher de acordo com a análise efetuada.

Após a audiência prévia, e caso o beneficiário se tenha manifestado, o técnico deve proceder à análise das alegações apresentadas e realizar uma 2.º análise ao PA. Caso o beneficiário não se tenha manifestado, o beneficiário deve concluir a sua análise. Em ambos os casos e após conclusão da análise, o PA é enviado automaticamente para a respetiva chefia.

8.3.2.10 Pareceres Intermédios

A chefia intermédia emite parecer devidamente fundamentado sobre a proposta de decisão e remete ao Chefe Superior, que emite o respetivo parecer, podendo haver lugar a audiência prévia, a efetuar de acordo com o ponto anterior.

No caso dos GAL, o Órgão da Direção, reúne para o efeito, toma conhecimento do parecer técnico e apresenta uma proposta de decisão à Autoridade de Gestão, sendo lavrada uma ata da reunião. Esta ata deve ser anexa ao GestPDR e o membro com acesso ao sistema insere no mesmo a respetiva proposta.

EMISSOR: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	

8.3.2.11 Decisão dos Pedidos de Apoio

Após a análise e aplicação dos critérios de seleção, os PA com proposta de decisão, apresentados num determinado concurso, são hierarquizados de acordo com a pontuação obtida por ordem decrescente. Só sendo hierarquizados os PA que obtenham a pontuação mínima exigível para a medida/submedida.

Em caso de igualdade entre PA, na aplicação dos critérios de seleção, será aplicado o critério de desempate previsto para cada medida/submedida.

Após a emissão dos pareceres e verificação de cobertura orçamental para assegurar o financiamento dos pedidos com parecer favorável, a Autoridade de Gestão decide sobre os PA.

As decisões da Autoridade de Gestão sobre os PA são tomadas no prazo de 120 dias úteis a partir da data limite para a respetiva apresentação, sendo comunicadas aos beneficiários no prazo de 5 dias úteis a contar da data da sua emissão.

Não são remetidas à AG para decisão as desistências apresentadas pelos beneficiários, sendo estes PA anulados pelo Chefe Superior.

8.3.3 SiAgri

As medidas/submedidas cuja a gestão dos PA é efetuada através do SIAGRI, são as seguintes:

M8. “Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas “

SM10.1 “Pagamento de compromissos respeitantes ao agroambiente e clima”

M11 “Agricultura Biológica”

EMISSOR: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	

M13 “Pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas”

SM15.1 “Pagamentos de compromissos silvoambientais e climáticos”

A partir de 2008, os PA à Manutenção da Atividade Agrícolas em Zonas Desfavorecidas, e aos Pagamentos Agroambientais e Pagamentos Natura 2000 em Terras Agrícolas, passaram a ser recolhidos na aplicação informática SiAgri (Sistema de Informação Agrícola da Região Autónoma dos Açores), tendo sido efetuada para o PRORURAL+ as adaptações necessárias.

A aplicação informática SiAGRI, foi desenvolvida pela empresa DIGIDELTA – Software Development, com base em manuais e normas de procedimentos elaborados pelos técnicos da Autoridade de Gestão.

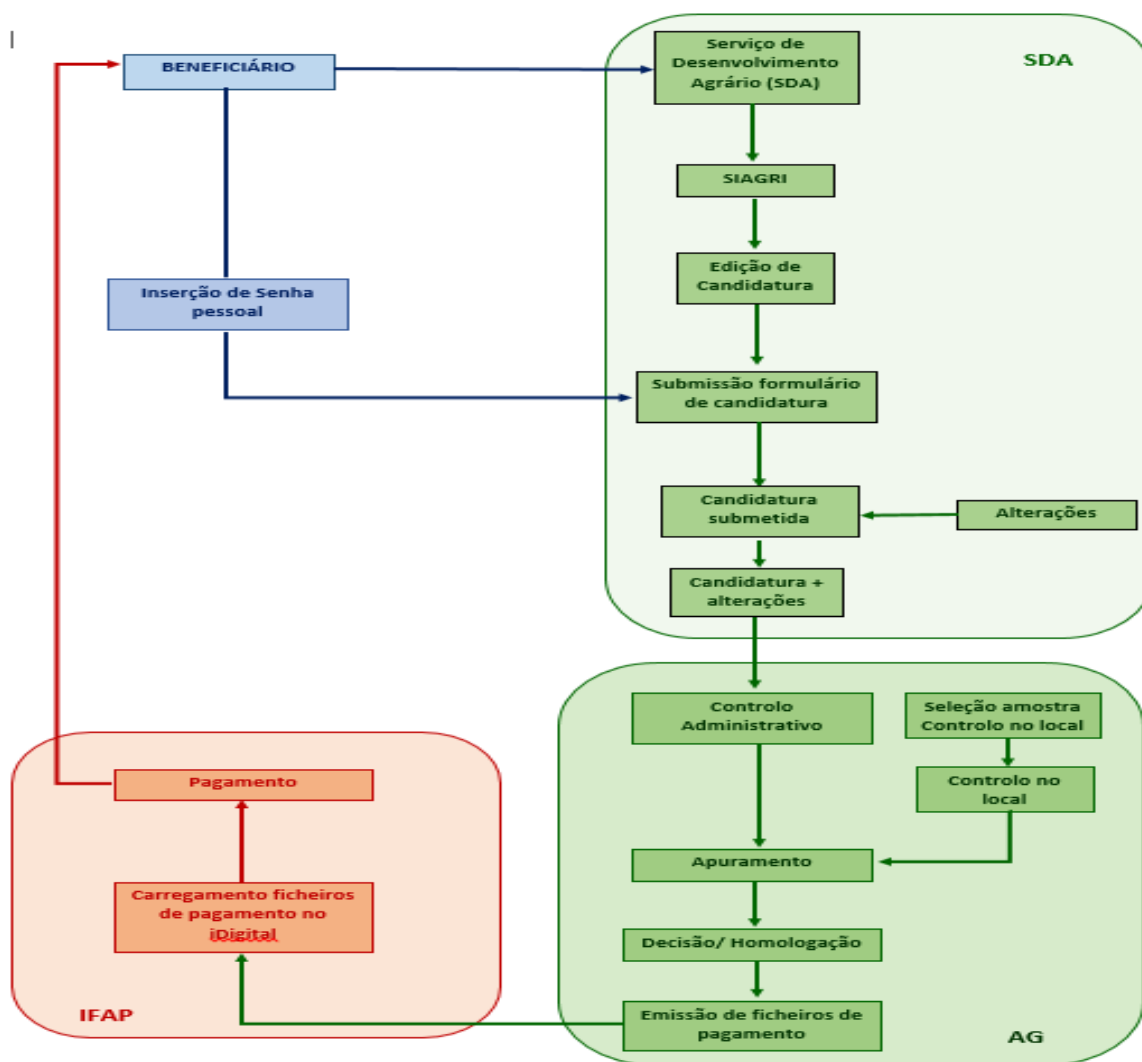
O desenvolvimento de qualquer procedimento é, previamente, disponibilizado em site de testes (<http://s0025iisx.azores.gov.local/teste2009>.) para que os técnicos possam testar os diversos procedimentos, antes destes passarem para produção.

A Autoridade de Gestão atribui, aos Serviços de Desenvolvimento Agrário de Ilha, determinados perfis de acesso ao Menu de candidaturas, uma vez que são estes serviços que rececionam os diversos pedidos de ajuda, no SIAGRI.

Para além da receção de candidaturas, os SDA, são ainda responsáveis pelas alterações às mesmas, bem como a digitalização e anexação de documentos obrigatórios.

O workflow deste sistema está desenvolvido da seguinte forma:

EMISSOR: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	



8.3.3.1 Recolha de candidaturas

A recolha de candidaturas é efetuada nos Serviços de Desenvolvimento Agrário de ilha, na presença do beneficiário ou representante legal.

Para aceder à aplicação SiAGRI, é utilizado o endereço eletrónico <http://siagri-sraa.azores.gov.pt> e a autenticação do utilizador é efetuada através dos mesmos dados

EMISSOR: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	

utilizados para aceder à rede de informação do Governo Regional dos Açores de cada técnico:

Autenticação

Nome de Utilizador:

Password:

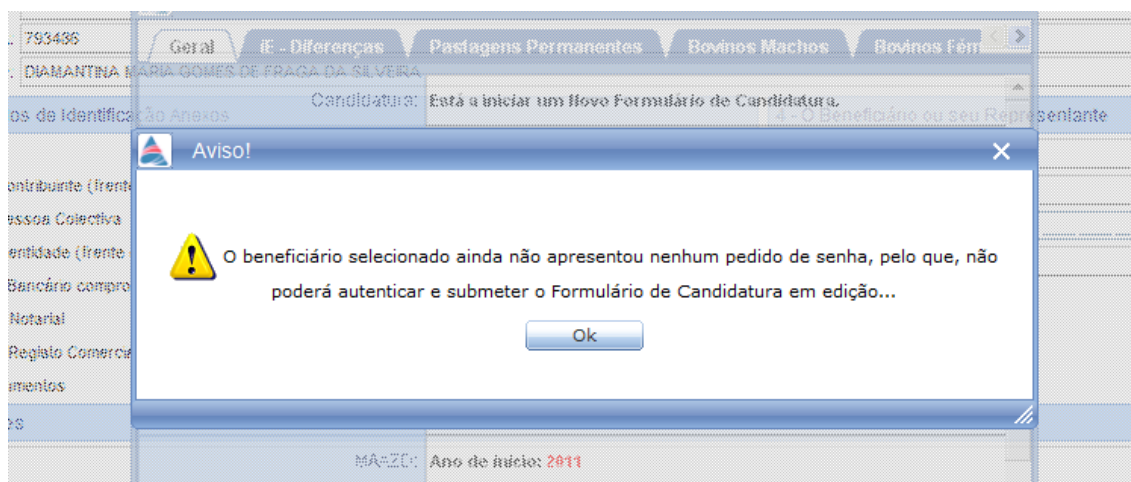
Após a autenticação, é solicitado ao utilizador a escolha da campanha:

A partir de agora é necessário que escolha o Ano da Campanha antes de poder prosseguir. Escolha um entre os Anos de Campanha disponíveis:		
... Entrar na Campanha de 2008 / 2009 Entrar na Campanha de 2009 / 2010 Entrar na Campanha de 2010 / 2011 ...
... Entrar na Campanha de 2011 / 2012 Entrar na Campanha de 2012 / 2013 Entrar na Campanha de 2013 / 2014 ...
... Entrar na Campanha de 2014 / 2015 Entrar na Campanha de 2015 / 2016 Entrar na Campanha de 2016 / 2017 ...

Após a confirmação do beneficiário, é dada a informação se o mesmo dispõe de senha para poder autenticar a candidatura.

O beneficiário pode solicitar a senha de acesso ao SiAGRI nos seguintes endereços: (<http://prorural.azores.gov.pt>), do POSEI (<http://posei.azores.gov.pt>) ou no (<http://beneficiario-srrn.azores.gov.pt>).

EMISSOR: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	



A época de candidaturas é fixada anualmente, através de Despacho do Senhor Secretário da Agricultura e Ambiente. Findo a época normal de candidaturas, os beneficiários dispõem ainda de um período complementar para a realização de candidaturas com penalização, bem como de um período para a realização de alterações às candidaturas já submetidas.

8.3.3.2 Controlos administrativos

Findo o prazo para apresentação de candidaturas, é obtido o universo de candidaturas, o qual é sujeito a dois tipos de controlo, independentes (Controlo Administrativo e Controlo no local).

O controlo administrativo é efetuado na aplicação SiAGRI, separando-se as ajudas animais, das ajudas superfícies, através do cruzamento com as bases de dados SNIRA e iSIP, respetivamente.

O Controlo no local é efetuado pelo Instituto de Alimentação e Mercados dos Açores (IAMA), a uma amostra previamente selecionada na aplicação SIAGRI. Este controlo é independente do controlo administrativo, podendo ser executado em simultâneo.

EMISSOR: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	

8.3.3.3 Apuramento

Após finalizado o controlo administrativo, são executados os apuramentos às várias medidas. Cada apuramento é gerado de forma independente, procedendo-se à seleção da ajuda e percentagem de pagamento que se pretende apurar (adiantamento/saldo).

O módulo de apuramento, após leitura ao módulo de candidaturas mais alterações e controlo administrativo, origina uma tranche para o universo da medida a apurar.

Cada tranche de apuramento é sujeita a vários testes, findo os quais se procede à Decisão/Homologação.

Em seguida, procede-se à emissão dos ficheiros de candidatura e de pagamento, os quais são, em seguida, carregados na aplicação do IFAP, iDigital.

Paralelamente ao carregamento do ficheiro, a Autoridade de Gestão envia, àquele Instituto, um Resumo de Cálculo e Um Certificado de Elegibilidade, por ajuda.

Após carregamento dos Ficheiros, cabe ao IFAP, proceder aos testes necessários, os quais, após concluídos, dão origem ao pagamento.

Em cada campanha são realizados, pelo menos três apuramentos, dois de adiantamento e um de saldo.

O pagamento do saldo, apenas pode ser efetuado após serem terminados todos os controlos no local, e consiste na integração dos dados obtidos, no Siagri.

9. Termo de aceitação

A aceitação do apoio é efetuada mediante submissão eletrónica e autenticação do termo de aceitação nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, de acordo com os procedimentos aprovados pelo IFAP, I.P., e divulgados no respetivo portal, em www.ifap.pt.

O beneficiário dispõe de 30 dias úteis, após receção da notificação para o efeito, para a submissão eletrónica do termo de aceitação, sob pena de caducidade da decisão de aprovação do PA, nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, salvo motivo justificado não imputável ao beneficiário e aceite pela AG.

EMISSOR: Direção Regional do Desenvolvimento Rural ENTRADA EM VIGOR: 20-05-2015	 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	AUTORIDADE DE GESTÃO:  DATA DE APROVAÇÃO: 20-05-2015
ASSUNTO:	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO	
ÂMBITO:	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	

10. CONTROLO:

9.1 CONTROLO DE QUALIDADE

Considerando o previsto na alínea n) do n.º 4 Resolução do Conselho do Governo n.º 31/2015 de 27 de fevereiro, a AG irá criar uma norma no sentido de definir os procedimentos a adotar.